



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021-MPCM/PA
(PROCESSO Nº 4397/2021)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – MPCM/PA, com sede na Trav. Magno de Araújo nº 424, por intermédio da Pregoeira designada pela Portaria nº 079/2021-GAB/MPCM-PA, de 21 de julho de 2021, torna público aos interessados que realizará licitação, na Modalidade **PREGÃO, na forma PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Estadual nº 6.474, de 06/08/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 0199 de 09/06/2003; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, além das condições previstas neste Edital, conforme dispõem as cláusulas seguintes.

DA SESSÃO PÚBLICA:

Data da Sessão Pública: **dia 14 de setembro de 2021**

Hora: 09:30 horas (horário de Brasília).

Local: Na sede do Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará – Sala de Licitações – Travessa Magno Araújo, 424, Telégrafo, Belém, Pará,
CEP:66113-055 – Fone (91) 3323-7400 – Email:
licitacoesmpcm@mpcm.pa.gov.br

DAS PEÇAS DO EDITAL:

Edital – Páginas 01 a 18;

ANEXO I – Termo de Referência – Páginas 19 a 38

ANEXO II – Modelo de Proposta – Páginas 39 a 40

ANEXO III – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e de Conhecimento das Condições estabelecidas no Edital – Páginas 41

ANEXO IV – Termo de Credenciamento – Páginas 42

ANEXO V – Modelo de Declaração de Contratos firmados com a Administração Pública e a Iniciativa Privada – Páginas 43

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Instalação de Escritório – Páginas 44

ANEXO VII – Modelo de Declaração de empregabilidade ou não de pessoas com deficiência – Páginas 45

Handwritten signature/initials in blue ink.



ANEXO VIII – Modelo de Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e da Lei nº 9.854 – Páginas 46
ANEXO IX – Declaração de Vistoria Técnica – Páginas 47
ANEXO X – Minuta do Contrato – Páginas 48 a 56

DO LOCAL PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL:

No site: www.mpcm.pa.gov.br; e na sede do MPCM/PA.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de INTERNET DEDICADA de 200 Mbps (/29), com fornecimento de serviços gerenciados para segurança de perímetro de rede *Firewall/UTM*, monitoramento e rádios *WiFi*, nas dependências e instalações do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará – MPCM/PA, conforme especificações no Termo de Referência (anexo I).

1.2 Todos os serviços devem englobar o *hardware*, o *software*, as subscrições, a instalação, a configuração, inclusive para garantir a segregação do tráfego via VLAN no *core* da rede do MPCM/PA, e serviços de suporte remoto, atendimento preventivo e corretivo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e nos anexos.

1.3 A execução do objeto deverá atender as exigências legais da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1 O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico: <http://mpcm.pa.gov.br>/ no Mural de Licitações, podendo, alternativamente, ser obtido no endereço da sede do MPCM/PA, mediante o fornecimento de mídia digital, conforme indicado no preâmbulo deste edital.

2.2 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos ou formular impugnações acerca do objeto deste Edital, devendo fazê-lo por escrito, no prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da sessão pública de abertura da licitação, sob pena de decadência do direito, devendo ser dirigidos a Pregoeira, **Sra. Sabrina Oliveira Araújo**, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, no horário de 8h às 14h, em dias úteis, admitindo-se a utilização por meio do e-mail: licitacoesmpcm@mpcm.pa.gov.br no Mural de Licitações, podendo, alternativamente, ser obtido no endereço da sede do MPCM/PA, mediante o fornecimento de mídia digital, conforme indicado no preâmbulo deste edital.

2.3. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital (art. 24, Decreto Estadual nº 534/2020), no todo ou em parte.

2.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por protocolo por protocolo da sede do MPCM ou por meio eletrônico, pelo e-mail: licitacoesmpcm@mpcm.pa.gov.br

2.6. A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

2.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

2.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo site institucional: <http://mpcm.pa.gov.br/> e vincularão os participantes e a administração.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. Somente poderão apresentar PROPOSTA as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam as condições deste edital e seus anexos.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

3.2.1 Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar e/ou contratar, no âmbito do Órgão e/ou da Administração Pública, conforme o art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e/ou impedidas de licitar e contratar com a Administração conforme o art. 7º da Lei nº 10.520/02; e empresas que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de contratar com o MPCM/PA.

3.2.2 Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93, na data da publicação do Edital.

3.2.3 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, suspensas da participação em licitações, que se encontrem sob processo de falência, concordata, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio.

3.2.4 Empresas cuja atividade empresarial não corresponda ao objeto desta licitação.

3.2.5 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.2.6 Empresas que não apresentarem a Declaração (anexo III) de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

3.2.7 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

3.2.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição, segundo o Acórdão nº 746/2014, Plenário-TCU.

3.2.9 Pessoa física.

3.2.10 Interessados que não atendem às condições deste Edital e seus anexos.

4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.



5. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

5.1 Só poderá deliberar em nome do proponente, formulando ofertas/lances de preços e praticar demais atos pertinentes ao certame, o representante devidamente munido de procuração que o credencie a participar deste procedimento licitatório, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente com foto.

5.2 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de Procuração ou Termo de Credenciamento (anexo IV), atendidas as exigências do item **5.3**, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

5.3 Caso o credenciamento não seja efetuado por instrumento público o licitante deverá entregar cópia:

5.3.1 do Registro Comercial, se empresa individual;

5.3.2 do Ato Constitutivo, o Estatuto ou o Contrato Social em vigor, devidamente registrado, se sociedades empresárias;

5.3.3 do registro do Ato Constitutivo, se sociedades civis;

5.4 Se o representante for sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto, Contrato Social ou equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

5.5 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.6 O licitante é responsável por todas as informações e propostas apresentadas no certame, por si ou por preposto, assumindo-as como firmes e verdadeiras.

5.7 Os documentos para credenciamento deverão ser entregues em separado da Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, dos envelopes de "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 Os interessados, no dia, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital para a realização desta licitação deverão entregar os seus envelopes contendo a "Proposta de Preços" (Envelope nº 1) e os "Documentos de Habilitação" (Envelope nº 2) devidamente fechados, lacrados e rubricados no seu fecho, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021 – MPCM/PA

Razão Social do Proponente:

CNPJ:

Envelope Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021 – MPCM/PA

Razão Social do Proponente:

CNPJ:

118

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 As propostas deverão ser apresentadas, de acordo com o Termo de Referência - anexo I e anexo II deste Edital, datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, sem qualquer alteração nas especificações constantes no Termo de Referência, cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo estar rubricadas e a última folha assinada por representante legal da empresa, e consignar:

7.1.1 Número do procedimento licitatório a que está atrelada, a razão social do licitante, o CNPJ, o número de telefone, e o e-mail para contato, se houver, além do respectivo endereço.

7.1.2 Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.1.3 O licitante deverá, obrigatoriamente, observar, quando da elaboração de suas propostas e planilhas, o benefício concedido pela Lei nº 12.546/2011 e alterações, com regulamentação pelo Decreto nº 7.828/2012 e suas alterações, para incidência das contribuições destinadas à seguridade social em alíquotas sobre o valor da receita bruta, se for o caso.

7.1.4 Declarar expressamente que nos preços das tarifas vigentes estão inclusos todos os custos e despesas, que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, para tais como: tributos, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos; não sendo considerados, posteriormente, pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os respectivos serviços serem fornecidos ao MPCM/PA, sem ônus adicional.

7.2 Os preços ofertados, tanto na proposta, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.2.1 Em caso de divergência entre os valores unitário e total, considerar-se-á o valor unitário;

7.3 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Pregoeira do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.

7.4 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.5 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e/ou por parte dos contratados, pode ensejar fiscalização dos órgãos de controle externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da Constituição Federal; ou a condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

7.6. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

118

49

- 7.7.** Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;
- 7.8.** Os licitantes deverão arcar com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das suas propostas;
- 7.9.** Não serão aceitas propostas por meio eletrônico;
- 7.10.** Não é permitida a cotação de quantidades inferiores ao exigido.
- 7.11.** A Pregoeira poderá, caso julgue necessário, solicitar mais esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.
- 7.12 Serão desclassificadas aquelas propostas que:**
- 7.12.1** Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.
- 7.12.2** Não atendam às exigências deste Edital e seus anexos.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO, DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 8.1** No dia, horário e local previstos no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os credenciamentos, na forma do **anexo IV** deste Edital;
- 8.1.1** Encerrado o credenciamento será declarada, pela Pregoeira, aberta a sessão pública destinada ao recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes "Proposta" e "Documentos de Habilitação".
- 8.1.2** Depois de declarada aberta a sessão pela Pregoeira não será aceita a participação de novos licitantes, a não ser como ouvinte;
- 8.1.3** A empresa que não apresentar a declaração de habilitação não poderá participar do certame;
- 8.2** Em seguida, a Pregoeira abrirá os envelopes das Propostas Financeiras, desclassificando preliminarmente aquelas que estiverem em desacordo com o Edital e seus anexos, contendo vícios insanáveis ou em desconformidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (anexo I).
- 8.3** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.4** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata pela Pregoeira, na presença de todos os participantes.
- 8.5** A Pregoeira realizará a abertura dos envelopes contendo as propostas financeiras e classificará para a etapa de lances a licitante que apresentar o menor preço global, e as licitantes com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela.
- 8.6.** Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no item 8.5. serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três).
- 8.7** Havendo empate entre propostas de preços que se enquadrem nas hipóteses descritas no subitem anterior, serão todas classificadas, realizando-se sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 8.8** Em seguida será dado início à fase de apresentação dos lances.
- 8.9** Os lances serão feitos verbalmente pelos proponentes classificados, em ordem sequencial e a convite da Pregoeira, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;
- 8.10** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





8.11 A sessão de lances será ininterrupta, até que seja estabelecido o maior desconto a ser contratado. Excepcionalmente, por motivo devidamente justificado, se houver necessidade de interrupção dos lances, a sessão do Pregão será suspensa, após prévio registro dos preços lançados, e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

8.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.13 O proponente que não apresentar lance quando convocado pela Pregoeira ou aquele que expressamente desistir de fazer lance, será excluído dessa fase, mantendo-se o último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.14 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, conforme definido neste Edital.

8.15 Havendo eventual empate entre as propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

I – no país;

II – por empresas brasileiras;

III – por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

IV – por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitação da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.16 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sortada dentre as propostas empatadas.

8.17 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá fazer contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida melhor proposta para a Administração, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital e seus anexos.

8.18 Após a negociação do preço, serão ordenadas as propostas, e a Pregoeira iniciará a fase de aceitação da proposta vencedora.

9. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1 Uma vez encerrada a fase de lances, se houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta classificada, será considerada empatada com a primeira colocada, e proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, apresentar nova proposta obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

9.1.2 Aceita a nova proposta ofertada pela microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será considerada a proposta vencedora e a Pregoeira passará para a fase de aceitabilidade da proposta.

9.1.3 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da menor proposta ou caso desista ou não se manifeste no prazo estabelecido no item 9.1.1, convocar-se-á as demais microempresas ou empresas de pequeno porte licitantes remanescentes, que porventura se enquadrem na situação descrita no subitem 9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



9.1.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.1.1, será realizado um sorteio, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.1.5 Não havendo proposta vencedora por microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do item 9.1.2, continuará vencedora a proposta originalmente mais bem classificada e a Pregoeira, após negociação, passará para a fase de aceitabilidade da proposta vencedora, nos termos do item 8.16.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta classificada como de Menor Preço Global, verificando o objeto, o valor e a adequação às exigências do Edital e seus anexos, observando o critério de julgamento disposto neste Edital, decidindo motivadamente a respeito e passará para negociação com o licitante.

10.2 Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018, Plenário –TCU), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentem a suspeita.

10.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, vinte e quatro (24) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.6 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar por email, no prazo de 02 dias, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes do findo prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

10.7 Se a proposta ou o lance de maior desconto não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, podendo negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor, e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital e seus anexos.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 Uma vez verificada a aceitabilidade da proposta, será aberto o **ENVELOPE nº 02 – DOCUMENTAÇÃO**, para constatação das condições de habilitação da empresa proponente.

11.2 Os licitantes deverão encaminhar para fins de habilitação, documentação relacionada à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação



econômica-financeira, qualificação técnica e outros documentos complementares nos termos estabelecidos deste Edital.

11.3 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

11.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica, inclusive da regularidade fiscal, deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

11.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014, e do art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

11.7 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

11.8 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 90 (noventa) dias corridos.

11.9 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado;

11.10 Caso a Pregoeira não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da LC nº 123/2006.

11.11 Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.12 Havendo necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por email, no prazo de duas (02) horas, sob pena de inabilitação.

11.13 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14 Será desclassificada a proposta que não atender a qualquer das exigências para habilitação fixadas no Edital, situação em que a Pregoeira examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e, assim,



sucessivamente, até a obtenção da proposta de maior desconto que esteja de acordo com as exigências editalícias, a qual será declarada vencedora.

11.15 Da Habilitação Jurídica

11.15.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.15.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.15.3 Em se tratando de sociedades empresárias ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI deve ser apresentado o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos comprobatório de seus administradores.

11.15.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

11.15.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

11.15.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº5.764/1971.

11.15.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

11.15.8 Os documentos relativos à habilitação jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.16 Da Regularidade Fiscal

11.16.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.16.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.16.3 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União.

11.16.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou da sede do licitante, ou outra equivalente.

11.16.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS).

11.16.6 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.16.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta represente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



11.17 Da Regularidade Trabalhista

11.17.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeito de negativa – Lei 12.440/2011 (www.tst.jus.br).

11.17.2 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme anexo VIII deste Edital.

11.17.3 Declaração de que possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas com deficiência, de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição Estadual (EC no 42/2008 publicada em 11.06.2008), ou declaração de que em seu quadro funcional possui menos de 20 (vinte) empregados, e por esta razão não empregam pessoas portadoras de deficiência, em virtude de não atingir um percentual mínimo de 5%, de acordo art. 28, §6º da Constituição Estadual (EC no 42/2008 publicada em 11.06.2008), conforme anexo VII deste Edital.

11.17.4 Declaração e comprovação de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

11.17.5 Declaração de que está ciente de que, quando houver falha no cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa, o MPCM/PA estará autorizado a efetuar o desconto da(s) fatura(s) e pagar diretamente aos trabalhadores os salários e demais verbas trabalhistas e efetuar o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

11.18 Da Qualificação Econômico-Financeira

11.18.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua emissão.

11.18.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de Lei, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, que comprovam a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura do Pregão.

11.18.3 A boa situação financeira da empresa, será comprovada mediante o cálculo dos índices contábeis de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) a ser calculado e demonstrado pelo próprio licitante, com resultados maiores ou igual a um (≥ 1), consequente da aplicação das fórmulas estabelecidas abaixo com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

I- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com resultados maiores ou igual a um (≥ 1), consequente da aplicação das fórmulas estabelecidas abaixo com os valores extraídos de seu balanço patrimonial;

LG = $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}$

$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$

LC = $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}$

$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

Handwritten signature in blue ink.

SG = _____ ATIVO TOTAL



PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

II- Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

III- Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

IV- No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

V- É admissível o balanço intermediário, documento de avaliação definitiva, cujo conteúdo retrata a situação empresarial no curso do exercício, se decorrer de lei ou contrato social ou estatuto social.

11.18.4 O documento exigido na condição anterior deverá comprovar Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1.

11.18.5 Comprovação, por meio de Declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante no anexo V deste Edital, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

11.19 Da Qualificação Técnica

11.19.1 Apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante mantém ou manteve contrato pertinente em características, quantidades com o objeto da presente licitação, e prazo mínimo de 30 (trinta) meses, descrevendo claramente os quantitativos fornecidos, devendo ser feita em papel timbrado da Declarante, indicando o CNPJ/MF (Matriz ou Filial) do licitante e identificação completa da empresa/órgão que o expede, e sempre que possível o valor do serviço prestado, constando que o mesmo foi ou está sendo executado satisfatoriamente e declarando ainda, a inexistência de registros fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

11.19.2 O Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, conforme art. 30, §4º da Lei 8.666/1993, deve ser datado e assinado e no qual deve constar o nome do representante da empresa emitente, sua qualificação civil, cargo e número de telefone.

11.19.3 Declaração, em não possuindo escritório em Belém-PA, de que



providenciará sua instalação, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da vigência do contrato, conforme modelo constante em anexo VI deste Edital.

11.19.4 Declaração de Vistoria Técnica ao prédio do MPCM/PA, local dos serviços objeto deste Pregão, citando de forma expressa que vistoriou as dependências e obteve todas as informações necessárias para a elaboração da proposta de preço ou caso não compareça para realizar a vistoria apresentar Declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho e que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o MPCM/PA, na forma do anexo IX deste Edital.

11.19.5 Caso necessário, poderá o Pregoeir(o)a solicitar às licitantes informações adicionais necessárias à comprovação da legitimidade do (s) atestado(s) ou declaração(ões) apresentado(s).

12 DOS RECURSOS

12.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, na sessão pública, registrando-se em ata a síntese de suas razões, sendo-lhe concedido imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três (03) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentarem as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes asseguradas vista imediata dos autos.

12.2 Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso

12.2.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante e o não encaminhamento das razões do recurso no prazo legal indicado no item 12.1, uma vez verificado que o consignado em ata não é suficiente para o seu julgamento, importará na decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

12.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 A falta de manifestação tempestiva e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso.

12.5 Não serão conhecidos os recursos cujas petições não sejam apresentadas tempestivamente.

12.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Ministério Público de Contas dos Municípios na sede do Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará – Sala de Licitações – Travessa Magno Araújo, 424, Telégrafo, Belém, Pará, CEP 66113-055 – Fone (91) 3323-7400.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo a interposição de recursos, a Pregoeira adjudicará a proposta de maior desconto, seguindo o processo para homologação do resultado pela autoridade superior.



13.2 Havendo interposição de recurso o processo será encaminhado, para julgamento da autoridade superior competente, que em seguida à apreciação do mesmo, adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Pregão correrão à conta dos elementos de despesa 01.032.1495.84.03.339040-97 – Fonte 0101 – Elemento de Despesa: 339040, do orçamento consignado ao MPCM/PA no exercício de 2021, conforme reserva orçamentária constante do processo.

15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO ESQUIVALENTE

15.1 O licitante vencedor será convocado, pelo MPCM/PA, para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da referida convocação, para assinar o contrato.

15.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

15.3 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

15.4 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.5 Deixando o adjudicatário de comparecer para assinar o contrato, nos prazos estipulados neste Edital, ou verificando-se a sua situação irregular, o processo retornará a Pregoeira que, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso pela autoridade competente, procederá ao exame das ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.6 As obrigações do MPCM/PA e da contratada são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo X deste Edital.

15.7 O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme prevê o art. 57 da Lei nº 8.666/93, conforme previsão no anexo X deste Edital.

16 DO PRAZO PARA ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e as condições de execução do objeto estão previstos no Termo de Referência, anexo I deste Edital e na Minuta Contratual (anexo X).

17 DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo servidor a ser designado pela Contratante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências



(indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos agentes envolvidos) relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, atestará as notas fiscais/faturas, para fins de pagamento, e emitirá os termos de recebimento provisório e definitivo, nos termos da minuta do contrato, anexo X deste Edital.

18 DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do MPCM-PA e as regras estabelecidas na Minuta Contratual, anexo X deste Edital, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal atestada pelo setor competente.

18.2 Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura emitida em nome do Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará – MPCM/PA, discriminando a execução do serviço efetivamente prestado, os tributos incidentes sobre os mesmos e o CNPJ constante do documento deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

18.3 A empresa deverá destacar no documento fiscal as alíquotas dos tributos e das contribuições, bem como os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas.

18.4 A entrega da Nota Fiscal/Fatura ocorrerá na sede do MPCM/PA.

18.5 A Nota Fiscal/Fatura deve ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal e Caixa Econômica Federal e do pagamento da remuneração e das contribuições sociais – FGTS e Previdência Social - correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida.

18.6 O pagamento dos serviços prestados somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento da regularidade fiscal e trabalhista por parte do licitante contratado.

18.7 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa ainda os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I – O prazo de validade.

II – A data da emissão.

III – Os dados do contrato e do órgão contratante.

IV – O período de prestação dos serviços.

V – O valor a pagar.

VI – Destaque dos valores de retenções tributárias cabíveis.

18.8 Para o pagamento, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente atestada pelo servidor designado como fiscal do contrato.

18.9 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

18.10 Constatada situação de irregularidade fiscal ou trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação por escrito, para que, no prazo de cinco (05) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da contratante.

Handwritten signature/initials



18.11 Persistindo a irregularidade fiscal ou trabalhista, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.13 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

18.14 O MPCM/PA poderá deduzir, do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19 DO REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO

19.1 O valor do Contrato será reajustado observada a periodicidade mínima de doze (12) meses, contado a partir da data limite para apresentação da proposta, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ocorrida no período, ou outro indicador que o venha a substituir, nos termos da Minuta do Contrato, anexo X deste Edital.

20. DAS PENALIDADES:

20.1 Por infrações às cláusulas e condições contratuais, a Administração do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas na legislação vigente e no Anexo X (Minuta do Contrato) deste Edital.

20.2. Caso a licitante vencedora não assine o termo de Contrato ou não retire o instrumento equivalente quando convocado, é facultado a Administração convocar as licitantes remanescentes, consoante a ordem de classificação.

20.3. No caso de desistência da licitante vencedora após a homologação desta licitação, para entrega do objeto licitado, fica sujeita à multa de dez por cento (10%) sobre o valor do Contrato, caso se recuse ao cumprimento, sem prejuízo das outras sanções previstas em Lei.

20.4. Será imposta multa de dois por cento (2%) sobre o valor do Contrato, além de multa de zero, zero trinta e três por cento (0,033%) por dia de atraso na entrega do objeto.

20.5. No caso de desistência da licitante vencedora após o julgamento, esta responderá por eventuais perdas e danos para com o Tribunal de Contas, e ficará suspensa de participar em licitação com esta Corte por prazo não superior a dois (02) anos, a contar da data da sanção.

20.6. A empresa que apresentar dolosamente, por ocasião da habilitação, documentos fraudulentos ou sem validade, comprovadamente visando frustrar os objetivos desta licitação, ficará suspensa de licitação no Tribunal de Contas do Estado do Pará por prazo não superior a dois (02) anos, a contar da data da sanção.

20.7. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem as condições previstas no item 20.2, recusarem-se a cumprir as obrigações empenhadas, ficarão também sujeitas às sanções referidas nos subitens 20.3, 20.4 e 20.5.

20.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito à ampla defesa e ao contraditório.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será remarcada, na forma prevista na legislação, devendo a nova data ser divulgada na mesma forma utilizada para a divulgação da originalmente prevista.

21.2 A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar, total ou parcialmente, a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.3 Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que a Pregoeira porventura julgar necessários.

21.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e o MPCM-PA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.5. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

21.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será remarcada, na forma prevista na legislação, devendo a nova data ser divulgada na mesma forma utilizada para a divulgação da originalmente prevista.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Somente se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente neste Tribunal.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão

21.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

21.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, com observância das devidas disposições legislativas.

21.11. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos deverá ser encaminhado a Pregoeira (a) pelo e-mail: licitacoesmpcm@mpcm.pa.gov.br

21.12. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

21.13. Os esclarecimentos, recursos e impugnações a respeito de condições do Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas no *site* da Internet: <http://mpcm.pa.gov.br/> ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pela Pregoeira.



21.14. Este edital e seus anexos serão fornecidos gratuitamente pela internet através do site: <http://mpcm.pa.gov.br/>

21.15 Ressalvadas as disposições contratuais que especificam as ocorrências em que se deve respeitar o fuso horário da cidade-sede deste Tribunal, todas as menções a horários feitas neste edital têm como referência o horário oficial de Brasília-DF.

22 DO FORO

22.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém, como o único competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Edital, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXOS

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e de Conhecimento das Condições estabelecidas no Edital

ANEXO IV – Termo de Credenciamento

ANEXO V – Modelo de Declaração de Contratos firmados com a Administração Pública e a Iniciativa Privada

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Instalação de Escritório

ANEXO VII – Modelo de Declaração de empregabilidade ou não de pessoas com deficiência

ANEXO VIII – Modelo de Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz

ANEXO IX – Declaração de Vistoria Técnica

ANEXO X – Minuta do Contrato

Belém/PA, 23 de agosto de 2021

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO PARÁ

MARIA REGINA CUNHA

Procuradora Geral em exercício

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE INTERNET DEDICADA DE 200 MBPS, IPS VÁLIDOS (/29), FIREWALL/UTM E RÁDIOS WIFI

1 DO OBJETO

O presente **Termo de Referência** tem por objeto fazer contratação de pessoa jurídica especializada para a fornecimento de serviços de Internet Dedicada de 200 Mbps com Endereços IPs Válidos (/29), incluindo serviços gerenciados para segurança de perímetro de rede *Firewall/UTM* e *Rádios WiFi*. Todos os serviços devem englobar o *hardware*, *software*, subscrições, instalação, configuração (inclusive para garantir a segregação do tráfego via VLAN no core da rede do MPCM/PA) e serviços de suporte *on-site*, suporte remoto, atendimento preventivo e corretivo.

2 DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Somente 01 (uma) pessoa jurídica poderá ser contratada para executar o objeto deste instrumento, e a solução proposta deverá estar compatível aos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), lei nº 13.709/2018.

2.1 Dos Serviços de Internet DEDICADA de 200 Mbps

2.1.1 O serviço de *link* dedicado de acesso à internet deverá ser executado todos os dias (7x24x365), ininterruptamente.

2.1.2 O serviço de *link* dedicado de acesso à internet deve ter a velocidade mínima de 200 (duzentos) Mbps, deve ser dedicado e exclusivo em tempo integral.

2.1.3 Disponibilizar um conjunto de endereços IPs válidos para a Internet (endereços públicos) com máscara /29.

2.1.4 Deverão estar inclusos na solução todos os recursos de conectividade, tais como: *modems*, conversores, roteadores e outros correlatos, bem como a infraestrutura para instalação dos equipamentos de transmissão necessária à prestação dos serviços.

2.1.5 O roteador de acesso que compõe o link da CONTRATADA a ser instalado no MPCM/PA deverá possuir no mínimo 01 (uma) porta no padrão *gigabit-ethernet*.

2.1.6 A rede de energia elétrica, o sistema de aterramento, condicionamento de ar e segurança física será de responsabilidade da CONTRATANTE.

2.1.7 Prestar serviço de gerenciamento, incluindo a disponibilização de uma "Central de Atendimento" para rápida resposta às falhas/incidentes.



2.1.8 O serviço deverá ser prestado pelo período mínimo de doze (12) meses, podendo ser renovado anualmente, a critério da CONTRATANTE, até o limite máximo de sessenta (60) meses conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

2.1.9 O serviço de acesso à internet deve ser prestado seguindo o conjunto de capacitações definidas conforme padronização internacional de protocolos e funções específicas para o mesmo.

2.1.10. Os equipamentos necessários para implementar os serviços de comunicação de dados deverão ser disponibilizados e configurados pela CONTRATADA.

2.1.11. Os equipamentos ficarão cedidos ao MPCM/PA sob o regime de Comodato.

2.1.12. Os recursos de *hardware* e *software* dos equipamentos envolvidos devem ser atualizados tecnologicamente, sem ônus para a CONTRATANTE, durante a vigência do contrato.

2.1.13. Sempre que houver lançamento de nova versão de *firmware* que faça correções de segurança dos serviços prestados, a contratada deverá providenciar as devidas atualizações com prévia aprovação do MPCM, sem ônus para a CONTRATANTE.

2.1.14. Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela CONTRATADA, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), além de entidades de padrões reconhecidas internacionalmente – ITU (*International Telecommunication Union*), ISO (*International Standardization Organization*), IEEE (*Institute of Electrical and Electronics Engineers*), EIA/TIA (*Electronics Industry Alliance and Telecommunication Industry Association*).

2.1.15. A CONTRATADA deve possuir *Autonomous System* (AS) conectado a mais de uma rede Internet.

2.2 Dos Serviços Gerenciados para Segurança de perímetro de Rede (Firewall/UTM):

A solução proposta deve provê todas as funcionalidades essenciais de segurança de perímetro, garantindo um melhor desempenho da rede, permitindo que os usuários utilizem o serviço de forma eficiente e segura, proporcionando um controle minucioso da utilização do serviço de acesso à Web, bloqueando acessos a sites indesejados e tentativas de invasão.

Especificamente a solução deve atender os requisitos listados a seguir:

Item	Descrição
1	Requisitos Gerais
1.1	Para maior segurança, não serão aceitos equipamentos de propósito genérico (PCs ou servidores) sobre os quais podem instalar-se e/ou executar um sistema operacional regular como Microsoft Windows, FreeBSD, SUN solaris, Apple OS-X o GNU/Linux.



1.2	Deve vir acompanhado de todas as licenças de <i>software</i> ou <i>hardware</i> necessárias para atendimento às funcionalidades exigidas neste documento.
1.3	Toda a solução deve ser integrada, de forma que todos os equipamentos, <i>softwares</i> e assinaturas da solução de <i>Firewall</i> deverão ser do mesmo fabricante, não sendo aceito soluções montadas compostas por itens de fabricantes distintos.
1.4	Possuir licença para atualização de <i>firmware</i> e atualização automática de bases de dados de todas as funcionalidades, pelo período de vigência do contrato.
1.5	Devem ser oferecidas integradas à solução, ferramenta própria de gerenciamento, emissão de relatórios e armazenamento de <i>logs</i> .
2 Solução de segurança (UTM) e SDWAN	
2.1	O equipamento de segurança deve ser um sistema integrado UTM (<i>Unified Threat Management</i>) que inclua pelo menos as seguintes características:
2.2	<i>Firewall</i> de estados (<i>Stateful Firewall</i>).
2.3	Filtro de conteúdo com categorias pré-definidas.
2.4	<i>Antimalware</i> .
2.5	Concentrador VPN para <i>gateways</i> e clientes.
2.6	IDS e IPS integrados.
2.7	Roteamento baseado em políticas.
2.8	Balanceamento de, no mínimo, dois <i>links</i> WAN e mecanismo para seleção de melhor caminho, automaticamente baseado em, no mínimo, <i>jitter</i> , perda de pacotes e <i>delay</i> .
3 Características físicas do equipamento	
3.1	Taxa de transferência de dados com todas as funcionalidades de segurança habilitadas deve ser no mínimo 200 Mbps.
3.3	Deve suportar no mínimo 200 Mbps de tráfego de VPN.
3.4	Deve suportar no mínimo 50 túneis VPN.
3.5	Deve possuir interface USB para conexão de modem 3G/4G.
3.6	Equipamento deve ter a possibilidade de ser configurado em alta disponibilidade.
3.7	Deve ter mínimo de 4 interfaces <i>ethernet</i> para segmento LAN.
3.8	Características de gerenciamento:
3.9	A solução proposta deve atender às seguintes especificações:
3.10	Gestão centralizada a partir de uma console de administração baseada na Web e a partir da qual deve ser possível o acesso, configuração e monitoramento de todos os equipamentos de segurança contemplados na solução.

3.11	Será aceito solução de gerenciamento local, desde que, considerado redundância de toda parte de <i>hardware</i> , <i>software</i> e funcionalidades. Além do licenciamento completo para todas as funcionalidades exigidas nesse documento.
3.12	Por meio da console de gerenciamento deve ser possível a configuração de todas as funcionalidades descritas no item 2.
3.13	Deve haver mecanismos para agrupar logicamente a administração de certo número de dispositivos UTM para envio de modificações em suas configurações simultaneamente.
3.14	Na plataforma de gerência deve ser possível identificar cada uma das localidades remotas com uma identificação administrativa para posteriormente ser usada como filtro de pesquisa.
3.15	O acesso ao console de gerenciamento deve ser realizado com o uso de um método de autenticação de dois fatores.
3.16	O acesso ao console deve ser por HTTPS (portas 8080 e 443) e seus certificados de segurança devem ser emitidos por entidades reconhecidas na Internet.
3.17	A console de gerenciamento deve suportar a definição de contas de administrador com base em funções, relatar as alterações às mesmas em um <i>log</i> de eventos e alertas que podem ser consultados por meio da mesma console.
3.18	O nível hierárquico de administradores da console deve conter:
3.19	Administrador de Organização: Um administrador da organização tem visibilidade em todas as redes dentro da organização. Existem dois tipos de administradores da organização: (1) acesso total e (2) somente leitura.
3.20	O administrador com acesso total pode efetuar as seguintes operações dentro da organização a qual ele pertence:
3.21	Criar, editar e excluir contas de acesso total e somente leitura para a organização.
3.22	Redefinição de senhas.
3.23	Criar, editar e excluir redes.
3.24	Adicionar novos dispositivos à rede da organização.
3.25	Administrador de Rede: Terão visibilidade nas redes da organização para as quais tenham sido designados como um administrador. Existem dois tipos de administradores de rede: (1) acesso total e (2) somente leitura. Um administrador de rede com acesso total será capaz de efetuar as seguintes operações dentro da organização a qual ele pertence:
3.26	Criar, editar e excluir outras contas de administrador no âmbito da rede.
3.27	Criar, editar e excluir redes em que possuam privilégios.
3.28	As alterações de configuração, remoção ou adição de equipamentos devem ser registradas com dia, hora, e nome do usuário que a realizou.
3.29	Deve ser possível identificar tentativas, com sucesso, ou não de <i>login</i> na plataforma de gerência.
3.30	Deve haver funcionalidade de criação de <i>templates</i> a fim de facilitar a configuração de diversos equipamentos simultaneamente.

3.31	Deve haver um sistema automatizado de <i>upgrade</i> de <i>firmware</i> a fim dos equipamentos estarem sempre com a ultima versão estável de <i>firmware</i> .
3.32	Deve ser possível definir período de expiração da senha do administrador.
3.33	Deve ser possível forçar o administrador a não usar as mesmas senhas anteriores.
3.34	Deve ser possível bloquear o acesso a plataforma após falhas de <i>login</i> .
3.35	Deve ser possível configurar <i>logout</i> da plataforma após minutos sem atividade.
3.36	Deve ser possível permitir que a plataforma de gerenciamento seja acessível apenas de IP's permitidos.
3.37	Deve apresentar inventário de equipamentos da solução que estão, ou não, em utilização.
3.38	A console de administração deve possuir ferramenta integrada para captura de pacotes que passam pelos equipamentos de segurança gerenciados. Caso não haja funcionalidade nativa será aceita solução externa.
3.39	Capacidade de identificação de dispositivos que se conectam por meio do <i>appliance</i> , com fio ou sem fio através do endereço IP ou MAC.
3.40	Suporte para a criação e o gerenciamento de VLANs utilizando o protocolo IEEE 802.1Q.
3.41	Deve suportar criação de rotas estáticas.
3.42	Serviço de DNS dinâmico incluído.
3.43	Serviço de NAT para a WAN para tradução de segmentos de rede internos.
3.44	Deve ter a capacidade de criar múltiplas instâncias de servidores DHCP. No caso da contratante desejar preservar seu DHCP interno, o equipamento deve ser capaz de se integrar em modo <i>bridge</i> para propagar este serviço para o interior da rede.
4	Serviços de segurança
4.1	<i>Firewall Stateful.</i>
4.2	A solução deverá suportar a definição de regras de <i>firewall</i> de camada 3 e Camada 7.
4.3	Regras de políticas de acesso de camada 3 definidas por:
4.4	Protocolo (UDP ou TCP).
4.5	<i>Host</i> , sub-rede ou rede de origem.
4.6	Porta TCP ou UDP de origem.
4.7	<i>Host</i> , sub-rede ou rede de destino.
4.8	Porta TCP ou UDP de destino.
4.9	Através das regras da camada 7, deve suportar a restrição de tráfego a partir de categorias definidas, incluindo:
4.10	<i>Blog.</i>
4.11	<i>E-mail.</i>
4.12	Compartilhamento de arquivos.



4.13	Jogos.
4.14	Notícias.
4.15	<i>Backup</i> on-line.
4.16	Ponto a ponto.
4.17	Redes sociais e compartilhamento de fotos.
4.18	Atualizações de <i>softwares</i> e <i>antivírus</i> .
4.19	Esportes.
4.20	Videoconferência e VoIP.
4.21	Compartilhamento de arquivos via Web.
4.22	<i>Hostname</i> http.
4.23	Suporte a NAT 1:1 e o redirecionamento de portas (<i>Port Forwarding</i>) para a publicação de sistemas específicos para a Internet.
4.24	Suporte para a criação de zonas desmilitarizadas (DMZ).
4.25	Deve implementar funcionalidade de criação automatizada de túneis IPSEC VPN entre equipamentos dentro da mesma organização.
4.26	Deve implementar a criação de VPNs para acesso remoto de usuários usando IPsec L2TP.
4.27	As VPNs <i>site-to-site</i> devem poder ser configuradas em modo <i>hub-spoke</i> ou <i>full-mesh</i> .
4.28	Deve suportar NAT-transversal.
4.29	Deve permitir a criação de tuneis VPN com equipamentos de terceiros.
4.30	Deve permitir a conexão com <i>client</i> VPN.
4.31	Deve permitir a integração com <i>active directory</i> .
5	SDWAN
5.1	Deve implementar solução de SDWAN capaz de balancear tráfego entre os <i>links</i> WAN.
5.2	Quando a função de balanceamento de carga estiver desativada, todo o tráfego da WAN deve usar o <i>link</i> principal, com redundância para <i>link</i> secundário e como uma terceira opção a conexão 3G/4G em caso de falha dos <i>links</i> primário e secundário.
5.3	Deve ser possível configurar a largura de banda dos <i>links</i> principais e <i>backup</i> (celular) de maneira independente.
5.4	Deve ser possível definir qual o <i>link</i> principal do equipamento.
5.5	Deve ser possível habilitar ou desabilitar o balanceamento de tráfego entre os <i>links</i> .
5.6	Deve ser possível configurar qual dos <i>links</i> WAN será utilizado para acessar a internet por determinada rede (IP e/ou porta TCP-UDP).
5.7	Para tráfego encapsulado deve ser possível escolher qual link será utilizado para acessar a localidade central baseado camada 3,4 e 7.
5.8	A escolha de qual link será utilizado deve ser automatizada e inteligente baseado em, no mínimo, condições do <i>link</i> como <i>jitter</i> , <i>delay</i> e perda de pacotes.
5.9	O chaveamento entre os <i>links</i> deve ser automático uma vez atingido níveis não aceitáveis das características citadas acima.

5.10	Deve ser possível decidir os níveis de qualidade do <i>link</i> e seu chaveamento por aplicação.
5.11	A política de modelagem de tráfego deve permitir a atribuição de limites de largura de banda simétricos ou assimétricos por aplicativo, por usuários e por grupo de usuários.
5.12	Deve suportar OSPF e roteamento estático para divulgar as rotas das localidades remotas.
5.13	Através da política de modelagem de tráfego devem ser capaz de serem priorizados determinados tipos de tráfego e/ou associados com um rótulo de QoS usando DSCP com pelo menos 4 classes de serviço (Melhor esforço, <i>background</i> , vídeo e voz).
6	Filtro de Conteúdo
6.1	A solução deverá implementar recursos de filtro de conteúdo.
6.2	A solução de filtro de conteúdo deverá ter categorias pré definidas para bloqueio.
6.3	Deve permitir a habilitação da funcionalidade " <i>safesearch</i> " ou equivalente, assegurando o conteúdo das páginas de busca como <i>google</i> , <i>bing</i> , etc.
6.4	Deve ser permitida criação de <i>blacklist</i> baseada em URL, para sites que nunca devem ser acessados.
6.5	Deve ser permitida também a criação de <i>whitelist</i> , onde estas URL não serão avaliadas pelo filtro de conteúdo.
6.6	Deteção e prevenção de intrusões:
6.7	A solução deve colocar à disposição da instituição a habilidade de ativar o módulo IDS e IPS.
6.8	Deve ser possível a ativação ou desativação do módulo IDS/IPS para grupos de usuários.
6.9	Deve ser possível a inclusão em <i>whitelist</i> de uma ou várias assinaturas de IDS/IPS para remover da ação de bloqueio.
6.10	Deve ser possível habilitar o nível de proteção baseado em <i>score</i> CVSS
6.11	Deve possuir solução de <i>antimalware protection</i> .
6.12	A funcionalidade de <i>antimalware</i> deve, no mínimo, avaliar os seguintes tipos de arquivos:
6.13	<i>MS OLE2 (.doc, .xls, .ppt);</i> <i>MS Cabinet (Microsoft compression type);</i> <i>MS EXE;</i> <i>ELF (Linux executable);</i> <i>Mach-O/Unibin (OSX executable);</i> <i>Java (class/bytecode, jar, serialization);</i> <i>PDF;</i> <i>ZIP (regular and spanned)*;</i> <i>EICAR (standardized test file);</i> <i>SWF (shockwave flash 6, 13, and uncompressed).</i>
6.14	Caso algum <i>malware</i> seja encontrado deve ser possível enviar um alerta ao administrador da rede.



6.15	Deve ser possível adicionar <i>whitelist</i> de URL e de arquivo ao recurso de AMP.
6.16	O acesso à rede através do equipamento deve poder ser feito após autenticação em <i>captive portal</i> . Os métodos para essa autenticação devem ser:
6.17	<i>Click-through</i> .
6.18	Servidor radius.
6.19	Credenciais de redes sociais.
6.20	Deve possuir a definição de uma lista de URLs e IPs para que o usuário possa acessar antes de sua autenticação.
6.21	O portal cativo deve ser personalizável.
6.22	Por meio da mesma console de administração, deve ser possível gerar os relatórios de funcionamento correspondente a todos os equipamentos de segurança da solução.
6.23	A solução deve suportar atribuição de políticas de segurança, filtro e QoS de acordo com a identidade do usuário conectado à rede, baseado em: endereço MAC, IP, nome do usuário no <i>active directory</i> , LDAP ou RADIUS.
6.24	As políticas acima devem ser aplicadas individualmente ao usuário e/ou em grupos declarados no controlador de domínio da rede.
6.25	A solução deve entregar, de maneira integrada ou não, ferramentas de visibilidade da rede, usuários e aplicações. Essa ferramenta deve reportar ou permitir no mínimo:
6.26	Listagem identificando cada um dos clientes conectados à rede, identificando no mínimo: <i>status</i> , descrição, utilização, IP, política, <i>MAC address</i> e VLAN.
6.27	Listagem de principais aplicações utilizadas pela rede.
6.28	Listagem dos usuários que mais acessaram determinada aplicação.
6.29	Deve contar com um relatório de utilização por aplicativo, identificando o serviço consultado, a categoria a qual pertence (esporte, música, vídeo, <i>e-mail</i> , tempo real, etc) e a sua utilização em <i>bits</i> por segundo durante o tempo. É necessário identificar o usuário e grupo de usuários que fizeram uso desse aplicativo.
6.30	Inventário de equipamentos da solução que estão, ou não, em utilização.
6.31	A ferramenta da gerência deve apresentar <i>status</i> de cada um dos equipamentos tais como: <i>status</i> das interfaces WAN, LAN, utilização dos links WAN, latência dos <i>links</i> WAN, perda de pacotes nos <i>links</i> WAN.
6.32	A ferramenta de gerência deve apresentar funcionalidades de <i>troubleshooting</i> tais como <i>ping</i> , <i>traceroute</i> , <i>DNS lookup</i> , reiniciar o <i>device</i> .
6.33	A solução deve gerar, sob demanda, um relatório de segurança da última hora, última semana, último mês ou um período específico de acompanhamento.
6.34	Deve gerar um gráfico no momento de eventos, classificados pela sua gravidade (Alta, Média e Baixa), bem como uma lista de eventos de segurança detectadas no período de tempo selecionado.

6.35	Deve apresentar os clientes afetados pelas ameaças de segurança, tipo de dispositivo, qual localidade ele se encontra, data em que foi afetado e quantidade de eventos.
6.36	Deve apresentar as ameaças mais relevantes na rede e breve descritivo da mesma.
6.37	Deve apresentar os principais sistemas operacionais afetados na rede.
6.38	Deve apresentar em detalhes as ameaças encontradas na rede, com no mínimo as seguintes informações: dia/hora, mecanismo que detectou a ameaça (IDS, IPS, AMP, filtro de conteúdo), origem, destino, ação tomada, e informações da ameaça.
6.39	Deve notificar os eventos de segurança aos administradores da rede.
6.40	Caso a solução de gerência ofertada seja baseada em <i>hardware</i> controlador, deve ser considerada solução de alta disponibilidade total do sistema, incluindo alta disponibilidade para configuração, relatórios e bancos de dados.
6.41	O sistema de gestão/visibilidade/configuração deve ser acessível via web, e disponível a partir de qualquer dispositivo dentro ou fora da rede.
6.42	Deve ser capaz de acessar, configurar e monitorar qualquer dispositivo da solução.
6.43	Deve implementar autenticação de dois fatores para acesso à administração do sistema.
6.44	O acesso deve ser feito via HTTPS.
6.45	Deve possuir sistema hierárquico de gerenciamento onde deve ser possível ao administrador definir quais redes determinado usuário pode ter gerência e visibilidade.
6.46	Deve ser possível definir usuários como "somente leitura" sem direito de alteração das configurações.

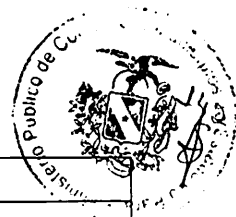
2.3 Dos Serviços Gerenciados para Conectividade WiFi:

A solução WiFi proposta de ser fornecida utilizando 08 (oito) rádios Wifi, atendendo no mínimo os requisitos listados a seguir:

Item	Equipamento Ponto de Acesso (<i>Access Point</i>) para rede sem-fio
1	Características de <i>hardware</i> dos AP's:
1.1	O equipamento deve ser baseado no padrão IEEE 802.11.
1.2	O equipamento deve atender simultaneamente os padrões:
1.3	IEEE 802.11 b/g/n.
1.4	IEEE 802.11 a/n.
1.5	IEEE 802.11 ac.
1.6	IEEE 802.11 ac <i>Wave 2</i> .
1.7	Deve implementar funcionamento simultâneo dos rádios 2.4 Ghz e 5.0 Ghz.
1.8	Deve implementar tecnologia MIMO com suporte a dois " <i>spatial streams</i> ". 2x2 MIMO.



1.9	Deve implementar padrão 802.11 ac <i>Wave 2</i> com suporte a MU-MIMO.
1.10	Cada AP deve possuir um terceiro rádio (<i>dual band</i> 2.4 Ghz e 5 Ghz) dedicado a análise de espectro, otimização de RF e recursos de segurança <i>wireless</i> (WIPS) que deve funcionar simultaneamente aos outros dois rádios, de maneira contínua e sem impactar no serviço aos clientes. Caso o AP não possua esse recurso, AP's adicionais devem ser considerados para essa funcionalidade.
1.11	Cada AP deve possuir um rádio BLE, que deve funcionar simultaneamente aos outros 3 rádios. Caso o AP não possua rádio BLE será aceita solução externa.
1.12	Deve suportar tráfego agregado de, no mínimo, 1.3 Gbps.
1.13	Na frequência de 5 Ghz deve implementar operação em canais de 80 Mhz, 40 Mhz e 20 Mhz.
1.14	Na frequência de 2.4 Ghz deve implementar operação em canais de 40 MHz e 20 Mhz.
1.15	Deve implementar tecnologia <i>Maximal Ratio Combining</i> (MRC).
1.16	Deve implementar tecnologia <i>Beamforming</i> .
1.17	Implementar modulação 256 QAM em ambos rádios (2.4 Ghz e 5 Ghz) a fim de oferecer performance otimizada.
1.18	Deve possuir consumo máximo de 11W com todas funcionalidades habilitadas.
1.19	Deve possuir antena <i>omni</i> direcional integrada com ganho de, no mínimo, 3.8 dBi em 2.4 Ghz e 3.9 dBi em 5 Ghz.
1.20	Deve possuir uma interface ethernet 10/100/1000 para <i>uplink</i> com a rede (<i>ethernet</i> , RJ45).
1.21	Padrões de segurança:
1.22	Deve possuir <i>firewall</i> de camada 7 integrado ao AP. Caso o AP não tenha essa funcionalidade nativamente será permitido integração da solução para entregar a solução.
1.23	Deve implementar WIPS/WIDS com alertas e mitigação automática de "rogue AP".
1.24	Criação simplificada de SSID <i>guest</i> com isolamento de dispositivo.
1.25	Implementar recurso de VLAN Tag 802.1Q.
1.26	Deve implementar os métodos de segurança WEP, WPA, WPA2-PSK, WPA2-Enterprise.
1.27	Deve implementar, no mínimo, os métodos de autenticação: EAP-TLS, EAP-TTLS, EAP-MSCHAPv2, EAP-SIM.
1.28	Deve implementar, no mínimo, os algoritmos de criptografia: TKIP e AES.
1.29	A ferramenta deve apresentar, de maneira simplificada, um relatório de conformidade com os padrões PCI. Caso o relatório não esteja integrado ao sistema de gerenciamento será aceita solução externa.
1.30	Padrões de QoS:
1.31	Deve implementar padrão U-APSD.
1.32	WMM com suporte a DSCP e 802.1p.
1.33	Implementar identificação e <i>shaping</i> de tráfego baseado em camada 7.



1.34	Padrões de mobilidade (<i>roaming</i>):
1.35	Deve implementar funcionalidade PMK (<i>pairwise Master key</i>).
1.36	Deve implementar funcionalidade OKC (<i>opportunistic key caching</i>).
1.37	Deve implementar padrão 802.11r.
1.38	Deve implementar <i>roaming</i> em L3 distribuído ou centralizado.
1.39	Deve ter potência de transmissão de 20 dBm em 2.4 Ghz.
1.40	Deve ter potência de transmissão de 21 dBm em 5 Ghz.
1.41	O equipamento deve ter garantia <i>lifetime</i> .
1.42	Possuir e acompanhar componentes que permita sua fixação.
1.43	Características de <i>software</i> dos AP's / solução:
1.44	Deve implementar a criação de, no mínimo, 15 SSID's com os seguintes métodos de acesso:
1.45	Aberto, sem criptografia.
1.46	<i>Pre-shared key</i> com WPA2.
1.47	Autenticação via <i>MAC address</i> .
1.48	WPA2-Enterprise com 802.1x usando as seguintes opções de autenticação:
1.49	Servidor <i>RADIUS</i> integrado a solução.
1.50	Servidor <i>RADIUS</i> externo a solução que use um banco de dados de usuário.
1.51	Deve implementar <i>RADIUS</i> coa.
1.52	Deve implementar acesso através de portal de captura (<i>captive portal</i>), suportando no mínimo os seguintes métodos:
1.53	Portal de captura direto, onde não são necessárias credenciais de usuário, apenas um click do usuário.
1.54	Portal de captura com autenticação, suportando, no mínimo os seguintes métodos:
1.55	Servidor <i>RADIUS</i> integrado a solução.
1.56	Servidor <i>RADIUS</i> externo a solução que use um banco de dados de usuário.
1.57	Servidor LDAP externo a solução.
1.58	Servidor <i>Active Directory</i> .
1.59	Autenticação usando as credenciais <i>google</i> e/ou <i>facebook</i> do usuário que deseja acessar a rede.
1.60	Acesso à rede através do sistema de administração de dispositivos móveis corporativos (MDM), exigindo o registro correspondente antes do acesso à rede. Caso a solução de MDM não seja integrada, a solução <i>wireless</i> deverá ser considerada separadamente na proposta.
1.61	O portal de captura deve ser personalizável, permitindo adição de logotipos, mensagens, customização de tema, etc.
1.62	Deve permitir configurar acesso a determinados endereços que podem ser acessados antes da autenticação.
1.63	A solução deve ter a opção para verificar a presença de software de detecção de vírus atualizado no dispositivo do usuário, antes de sua autenticação para a rede. Será aceita solução externa para essa



	funcionalidade.
1.64	A solução deve implementar aplicação de políticas de acesso aos dispositivos móveis clientes, inclusive liberando ou negando acesso, baseado em seu sistema operacional.
1.65	A solução deve incluir filtro de conteúdo para, no mínimo, a categoria "sites adultos". Caso a solução não possua essa ferramenta integrada será aceita solução externa.
1.66	A solução deve implementar a funcionalidade de seleção da faixa de frequência de operação para cada SSID. 2.4 Ghz / 5 Ghz. Ambas faixas (<i>dual band</i>), ambas faixas forçando clientes capazes de se conectar em 5 Ghz, se conectarem nessa faixa de frequência.
1.67	A solução deve implementar a configuração de mínima taxa de transmissão de dados que um cliente pode se conectar, melhorando assim a performance geral da rede.
1.68	Com relação a endereçamento IP e acesso de usuários, as seguintes opções de métodos devem ser implementadas:
1.69	Modo NAT - cliente recebe, do ponto de acesso, um IP de uma rede isolada da rede de produção.
1.70	Modo <i>bridge</i> - clientes são integrados a rede de produção através de um servidor DHCP central.
1.71	<i>Roaming</i> - permite cliente manter o mesmo IP em caso de mudança de segmento de rede, mantendo a sessão ativa.
1.72	VPN <i>tunnel</i> - via <i>tunnel IPsec</i> VPN. O AP envia tráfego de dados a um concentrador central.
1.73	A solução deve implementar criação de regras de segurança (bloqueio) independentes para cada SSID ativo na rede. As regras devem ser baseadas em:
1.74	Camada 3 - <i>host</i> IP ou <i>subnet</i> . Porta TCP e UDP.
1.75	Camada 7 - URL e categorias pré-definidas como:
1.76	<i>Hostname http</i> .
1.77	<i>Blogging</i> .
1.78	<i>Email</i> .
1.79	<i>File sharing</i> .
1.80	<i>Gaming</i> .
1.81	<i>News</i> .
1.82	<i>Online backup</i> .
1.83	<i>Peer to peer</i> .
1.84	Social web.
1.85	Atualização de <i>software</i> e anti-vírus.
1.86	<i>Sports</i> .
1.87	Vídeo e música.
1.88	VOIP e vídeo conferência.
1.89	Compartilhamento de arquivo via <i>web</i> .

1.90	A solução deve implementar criação de regras de QoS, controle de tráfego e banda, independentes por SSID baseado em:
1.91	Limite de banda por cliente, independentes para <i>upload</i> e <i>download</i> .
1.92	Limite de banda por SSID, independentes para <i>upload</i> e <i>download</i> .
1.93	Camada 3 - <i>host</i> IP ou <i>subnet</i> . Porta TCP e UDP.
1.94	Camada 7 - URL e nas mesmas categorias pré-definidas das regras de segurança, independentes para <i>upload</i> e <i>download</i> .
1.95	Deve implementar QoS baseado em DSCP.
1.96	Deve implementar a criação de regras de QoS e controle de banda por usuários e grupo de usuários.
1.97	Deve permitir QoS usando padrão WMM.
1.98	A solução deve implementar capacidade de configurar quais SSID's devem ser divulgados em quais AP's, além de permitir o SSID ser divulgado apenas em dias/horários pré-determinados.
1.99	Os AP's devem ter a capacidade de autorregular os níveis de potência de RF a fim de diminuir CCI.
1.100	Os AP's devem ter a capacidade de realizar autoconfiguração dos canais utilizados a fim de diminuir a interferência na rede.
1.101	Deve ser possível customizar a largura de banda dos canais de 5 Ghz manualmente ou deixar automático.
1.102	Deve ser possível customizar os canais e a potência de transmissão dos rádios de 2.4 Ghz e 5 Ghz ou deixá-los no modo automático.
1.103	A solução deve suportar atribuição de políticas de segurança, filtro e QoS de acordo com a identidade do usuário conectado à rede, baseado em: endereço MAC, IP, nome do usuário no <i>Active directory</i> , LDAP ou <i>RADIUS</i> .
1.104	As políticas acima devem ser aplicadas individualmente ao usuário e/ou em grupos declarados no controlador de domínio da rede.
1.105	Funcionalidades de segurança do terceiro rádio, ou sensores adicionais:
1.106	A solução de rede sem fio deverá ter um sistema de defesa e análise com as seguintes funcionalidades:
1.107	Escaneamento em tempo real de interferência nos canais das bandas de 2,4 e 5 GHz.
1.108	O WIPS deve detectar os ataques mais sofisticados por meio de monitoramento do tráfego da rede sem fio.
1.109	Deve implementar as assinaturas mais recentes de ataques.
1.110	Deve identificar, no mínimo ataques do tipo: <i>rogue</i> SSID, tentativas de <i>spoof</i> e <i>packet flood</i> .
1.111	Deve notificar os eventos de segurança aos administradores da rede.
1.112	Deve permitir a configuração de identificações lógicas administrativas para posteriormente serem usadas para listagem ou configuração dos AP's.
1.113	Características da solução de gerenciamento:
1.114	A solução deve entregar, de maneira integrada ou não, ferramentas de visibilidade da rede, usuários, aplicações e AP's. Essa ferramenta deve reportar ou permitir no mínimo:



1.115	Listagem de todos AP's, incluindo características como: <i>status</i> , nome, MAC, modelo, canais em utilização, <i>serial number</i> e IP.
1.116	Utilização da planta baixa da localidade e posicionamento físico de cada AP na planta.
1.117	Mapa de calor dinâmico da localidade, identificando principais locais de uso dos clientes com relação ao tempo.
1.118	Identificação de usuários que fizeram <i>login</i> na rede usando portal de captura ou rede social.
1.119	Deve executar testes e apresentar, item a item, um relatório atestando se a rede se encontra de acordo com as normas de PCI.
1.120	Deve apresentar lista de clientes <i>bluetooth</i> , seus respectivos <i>status</i> e última vez que foram identificados.
1.121	Deve ser possível configurar o envio de notificação quando um cliente entrar ou sair do raio de visibilidade do AP.
1.122	Análise de espectro RF e identificação de utilização, possíveis interferências para cada rádio de cada AP.
1.123	Listagem identificando cada um dos clientes conectados à rede, identificando no mínimo: <i>status</i> , descrição, utilização, IP, política, largura de canal <i>wireless</i> , MAC <i>address</i> e VLAN.
1.124	Para cada cliente deve mostrar ainda: último horário que foi visto, qual SSID conectado, qual AP está conectado, qual potência do sinal, capacidades de RF, localização física, aplicações mais utilizadas, IP e política.
1.125	Listagem de principais aplicações utilizadas pela rede.
1.126	Listagem dos usuários que mais acessaram determinada aplicação.
1.127	Análise de tráfego por SSID, demonstrando aplicações mais acessadas.
1.128	<i>Log</i> de eventos que deve incluir: dia/hora, AP, SSID, cliente, tipo e detalhe do evento.
1.129	Relatório resumido de utilização da rede incluindo: total de uso, AP mais utilizado, SSID's mais utilizados, clientes que mais utilizam a rede, aplicações mais utilizadas e sistemas operacionais e fabricantes (clientes) que mais utilizam a rede.
1.130	Inventário de equipamentos da solução que estão, ou não, em utilização.
1.131	De maneira gráfica, relatórios de presença de dispositivos, contendo no mínimo:
1.132	Dispositivos que passaram dentro da área de cobertura, mas permaneceram um pequeno intervalo de tempo.
1.133	Dispositivos que embora não conectados, permaneceram pelo menos de 5 minutos dentro da área de cobertura.
1.134	Dispositivos que se conectaram à rede.
1.135	Duração das visitas dentro da área de cobertura de dispositivos ligados, previamente identificados.
1.136	Medição da frequência dos visitantes na rede quantificando visitas diárias, semanais e mensais.
1.137	As informações de presença devem estar disponíveis para exportação para um sistema externo, que inclui:



1.138	Endereço MAC do AP que gerou os relatórios.
1.139	Endereço MAC do dispositivo do usuário.
1.140	Intensidade de sinal recebido (RSSI) com o qual foi ouvido no dispositivo.
1.141	Carimbo de hora.
1.142	As coordenadas X e Y da localização do dispositivo de acordo com as informações fornecidas por todos os APs do sistema.
1.143	Estas informações devem estar disponíveis para exportação para ferramenta externa via API's. A solução deve estar licenciada para utilização de APIs.
1.144	Todas as funcionalidades devem ser configuradas por um console central de gerenciamento.
1.145	Caso a solução ofertada seja baseada em <i>hardware</i> controlador, deve ser considerada solução de alta disponibilidade total do sistema, incluindo alta disponibilidade para configuração, relatórios e bancos de dados.
1.146	Caso a solução ofertada seja baseada em <i>hardware</i> controlador, o sistema deve estar licenciado para o máximo de AP's e usuários suportados pelo controlador.
1.147	O sistema de gestão/visibilidade/configuração deve ser acessível via <i>web</i> , e disponível a partir de qualquer dispositivo dentro ou fora da rede.
1.148	Deve ser capaz de acessar, configurar e monitorar qualquer dispositivo da solução.
1.149	Deve implementar autenticação de dois fatores para acesso à administração do sistema.
1.150	O acesso deve ser feito via HTTPS.
1.151	Deve possuir sistema hierárquico de gerenciamento onde deve ser possível ao administrador definir quais redes determinado usuário pode ter gerência e visibilidade.
1.152	Deve ser possível definir usuários como "somente leitura" sem direito de alteração das configurações.
1.153	Todas as funcionalidades acima devem estar devidamente licenciadas para funcionamento simultâneo.

2.4 Da Implantação, Configuração e Serviços de Suporte Técnico aos Serviços Gerenciados de Firewall/UTM e Conectividade WiFi

2.4.1. A administração, instalação, configuração inicial dos serviços objeto deste processo deverão estar incluídas no valor do serviço proposto.

2.4.2. Deve ser realizado planejamento, implantação, configuração e documentação da segmentação de rede do ambiente através de VLANs, visando a implementação de políticas de acesso de forma integrada à rede Wi-Fi, rede cabeada e *firewall/UTM*. Para este serviço ser viável serão disponibilizados pelo CONTRATANTE, ativos de redes (*switches*) gerenciáveis, com suporte a VLANs.

WQ



2.4.3. A equipe técnica da CONTRATANTE deverá acompanhar todas as fases do serviço, participando do planejamento, definindo as políticas de acesso que devem ser implantadas, esclarecendo dúvidas e orientando sobre a infraestrutura de rede existente nas dependências do MPCM/PA.

2.4.4 Deve ser fornecido ainda um repasse de conhecimento, de pelo menos 08 hs, referente aos serviços de implantação das VLANs, bem como, das soluções fornecidas (*Wi-Fi* e *firewall/UTM*), demonstrando as principais funcionalidades.

2.4.5 Abertura de chamados para suporte *on-line* e *on-site* sem limitação.

2.4.6. Para a abertura dos chamados, deverá ser fornecido um canal de atendimento (*site* de internet, *e-mail* e/ou ligação 0800), sem custos para a CONTRATANTE, para consultas dos chamados em abertos e fechados, abertura de novos chamados técnicos, envio de arquivos para análise por parte do suporte, orientação quanto às dúvidas e informações sobre a solução oferecida.

2.4.7. O suporte *on-line* deve estar disponível 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, nos 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) do ano.

2.4.8. O suporte *on-site* deve acontecer nas dependências do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCM/PA), localizado em Belém/PA, na Rua Magno de Araújo, nº 424, Telégrafo, no horário comercial, com regime de 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana.

2.4.9. A CONTRATADA deve comprovar que possui matriz ou filial com escritório local na cidade de Belém-PA.

2.4.10. A CONTRATADA deve manter equipe qualificada e capacitada para a prestação dos serviços requeridos, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da PROPONENTE as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da contratação dos serviços.

2.5. Do Acordo de Nível de Serviço (SLA) para o Serviço de *Link* de Internet DEDICADA, *Firewall/UTM* e Conectividade Wifi

2.5.1. O acordo de nível de serviço (SLA) visa garantir que os serviços contratados sejam prestados pela CONTRATADA, em grau mínimo de eficiência e qualidade exigido pelo MPCM/PA.

2.5.2. A CONTRATADA será responsável pelo cumprimento e medição dos índices estabelecidos neste item, os quais serão auditados pelo MPCM durante todo o prazo de vigência do contrato, e que poderão ser revistos, a qualquer tempo, com vistas à melhoria ou ajustes na qualidade dos serviços prestados.

2.5.3. As inoperâncias e/ou indisponibilidades do serviço, no todo ou em parte, que não seja de responsabilidade da CONTRATANTE, devem gerar descontos na fatura correspondente ao serviço não prestado, proporcional ao tempo de sua não prestação.

200



2.5.4. O serviço de suporte técnico deve incluir correções e/ou execução de quaisquer medidas necessárias para sanar falhas de funcionamento e vulnerabilidade dos equipamentos.

2.5.5. A manutenção dos equipamentos deverá ser preventiva e corretiva, entendendo-se por:

- Manutenção preventiva: aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos e "*softwares*", mantendo-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, incluindo as trocas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do equipamento;
- Manutenção corretiva: aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos equipamentos e "*softwares*", colocando-os em perfeitas condições de uso, compreendendo, nesse caso, ajustes e reparos necessários, com fornecimento das peças de reposição adequadas.

2.5.6. A CONTRATADA deverá garantir disponibilidade do serviço que será calculada pelo período de 01 (um) mês através da seguinte equação:

$$D = \frac{T_0 - T_i}{T_0}$$

Onde:

D = Disponibilidade;

T0 = Período de operação (1 mês), em minutos;

Ti = Tempo total de indisponibilidade circuito de acesso, ocorrido no período de operação (1 mês), em minutos.

2.5.7. O índice de disponibilidade mínima no período de 01 (um) mês deverá ser de 99%.

2.5.8. O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção registrada no centro de atendimento/supervisão da CONTRATADA ou a partir da comunicação de interrupção, feita pelo MPCM/PA, até o restabelecimento do serviço às condições normais de operação e a respectiva informação a CONTRATANTE.

2.5.9. No cálculo de disponibilidade, não serão consideradas as interrupções programadas e aquelas de responsabilidade do MPCM/PA.

2.5.10. A contratada deverá prestar os serviços de suporte técnico e manutenção do circuito e equipamentos, garantindo a alta disponibilidade e o bom funcionamento dos serviços contratados, disponibilizando atendimento de técnico local devidamente qualificado e credenciado.

2.5.11. A perda de pacotes deverá ser inferior a 0,5% das medidas efetuadas, contabilizadas mensalmente, entre o roteador instalado nas dependências da CONTRATANTE e a interface do roteador de borda localizado nas dependências da CONTRATADA imediatamente após o roteador instalado nas dependências do

MP

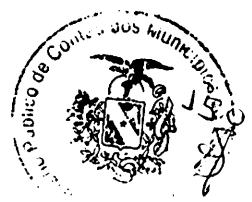
MPCM/PA (*next-hop*). Serão utilizadas janelas de 5 minutos para medir a perda de pacotes. Não será considerada perda de pacotes se:

- For causada por volume de tráfego que exceda a largura de banda contratada no enlace de comunicação de dados entre o MPCM/PA e a CONTRATADA;
- Se o pacote for explicitamente descartado para evitar um ataque de DoS ou DDoS.

2.5.12. Os Acordos de Níveis de Serviço deverão ser atendidos conforme os prazos e métricas estabelecidos e a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades por descumprimento de SLA:

Item	SLA	Penalidade
Disponibilidade do <i>link</i> de dados para a Internet	99% (Mensal)	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura por cada 0,5% (meio por cento) de disponibilidade abaixo do limite de 99%. Ex: disponibilidade mensal de 98%, desconto de 6% do valor mensal da fatura.
Perda de Pacotes	< 0,5% (Mensal)	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura pela perda de pacotes igual ao limite de 0,5% (meio por cento) com acréscimo de mais 3% por cada 0,5% adicional de perda de pacotes. Ex: média de perda de pacote mensal de 2%, desconto de 12% do valor mensal da fatura.
Tempo para Atendimento de Chamado / Sinistro	5 horas a partir da formalização do problema pelo MPCM/PA ou da identificação pela operadora	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura por cada hora de atraso no prazo para atendimento, até a quinta hora de atraso. 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal da fatura por cada hora de atraso subsequente à quinta hora.
Tempo para Resolução de Chamado/Sinistro	24 horas a partir da formalização do problema pelo MPCM ou da identificação pela operadora	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura por cada hora de atraso no prazo para resolução do chamado / problema / sinistro.

2.5.13. As tabelas abaixo descrevem os prazos de atendimento que deverão ser cumpridos pela LICITANTE, de acordo com a severidade de cada chamado aberto:



i. Grau de Severidade:

Severidade	Descrição
Crítico	Serviço indisponível, impactando todos os usuários.
Alta	Serviço indisponível, impactando a grande maioria dos usuários ou perfil de Direção da Empresa.
Média	Problema que restrinja o uso de algum serviço, impactando um ou poucos usuários, mas que não afetem o funcionamento da maioria dos usuários.
Baixa	Problemas que não afetem o funcionamento do serviço, como dúvidas e instalações/configurações e/ou atualizações de hardwares e softwares.
Planejada	Mudança. Serviço que precisa de cronograma e planejamento de execução

ii. SLA de Atendimento e Resolução:

Severidade	SLA de Atendimento	SLA de Resolução
Crítico	Até 30min	Até 3hs
Alta	Até 30min	Até 4hs
Média	Até 60min	Até 8hs
Baixa	Até 120min	Até 24hs

2.5.14. O prazo de atendimento deve começar a ser contabilizado a partir do momento de efetivação da abertura do suporte, através de telefone, *e-mail* ou sistema de chamado fornecido pela PROPONENTE.

2.5.15. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela PROPONENTE em sistema de registro de chamados, para acompanhar e controlar a execução dos mesmos.

2.5.16. Para o caso de suporte *on-site* a PROPONENTE deve REALIZAR relatório de visita contendo a data e hora da solicitação de suporte técnico, o início e o término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e demais informações pertinentes. O relatório de visita deverá ser assinado pelo técnico responsável pelo fiscal responsável pelo contrato.

2.5.4.3 O Descumprimento dos prazos (SLA) de atendimento implicará nas seguintes penalidades e supressões no contrato:

Tabela de aplicação de Penalidades		
Fórmula de cálculo		Limite de Supressão
Urgente	HS x 0,5% * VFM	10% da VFM
Alta	HS x 0,4% * VFM	10% da VFM
Média	HS x 0,3% * VFM	10% da VFM
Baixa	HS x 0,2% * VFM	10% da VFM
Informações	HS x 0,1% * VFM	10% da VFM



HS = Horas totais que extrapolaram o limite de resolução dos chamados
 VFM = Valor da Fatura Mensal para pagamento dos serviços contratados

2.6. Tabela Para Fornecimento de Preços

Item	Descrição dos Serviços	Valor Mensal - Unit (R\$)	Tempo de Contrato	Valor Total - 12 meses (R\$)
1	Fornecimento de serviços de INTERNET DEDICADA com fornecimento de Serviços Gerenciados para segurança de perímetro de rede <i>Firewall/UTM</i> e Serviços Gerenciados de Conectividade de Rede WiFi, conforme Objeto.	R\$	12 meses	R\$

2.6.1. Por questões técnicas todos os itens de serviço foram enquadrados em um único lote.

Belém, 09 de junho de 2021

RAPHAEL BRITO DE PAIVA
Analista de Sistemas/Suporte – MPCM/PA

Raphael Brito de Paiva
Raphael Brito de Paiva
 ANALISTA DE SISTEMAS/SUPORTE
 MPCM/PA



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Informações da licitação	Modalidade/ nº licitação	Pregão Presencial nº XX/2021 – MPCM/PA	
	Critério de Julgamento	Menor preço global	
Informações da licitante:	Razão Social:		
	CNPJ:		
	Endereço:		
	Dados Bancários:	Banco:	
		Agência:	
		Nº CC:	
	É ME ou EPP?		<input type="checkbox"/> Sim
Informações do representante legal da licitante:	Nome:		
	RG:		
	CPF/MF:		
	Natural/Nacional:		
	Estado civil:		
	Cargo/função:		
	Endereço:		
	e-mail:		

A empresa e seu representante legal acima identificado, vêm apresentar proposta comercial ao Pregão Presencial nº XX/2021-MPCM/PA, promovido pelo Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará – MPCM/PA, cujo objeto é a **contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de serviços de INTERNET DEDICADA de 200 Mbps (/29) com fornecimento de serviços gerenciados para segurança de perímetro de rede Firewall/UTM, monitoramento e rádios WiFi**, nas dependências e instalações do MPCM/PA, conforme Planilha em anexo.

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa

(cargo) (carimbo da empresa)



ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA - PLANILHA DA PROPOSTA
(PAPEL TIMBRADO)

Item	Especificação do item Descrição dos Serviços	Quant.	Unid. Medida	Valor Mensal (R\$)	Valor Total - 12 meses (R\$)
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de INTERNET DEDICADA de 200 Mbps (/29), com fornecimento de serviços gerenciados para segurança de perímetro de rede <i>Firewall/UTM</i> , monitoramento e rádios <i>WiFi</i> , nas dependências e instalações do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará – MPCM/PA.	01	Serviço de Tecnologia da Informação	R\$ (por extensão)	R\$ (por extensão)

Prazo de validade da proposta: **60 (sessenta) dias.**

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa

(cargo) (carimbo da empresa)



ANEXO III

Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e de Conhecimento das Condições estabelecidas no Edital

A empresa _____ (razão social), devidamente inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal infra-assinado, _____ (nome completo), inscrito no CPF nº _____, DECLARA que tem pleno conhecimento e concorda com todas as exigências e condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº xx/2021 – MPCM/PA e seus anexos, bem como recebeu todos os documentos e informações necessárias, os quais possibilitaram a correta elaboração da respectiva proposta comercial, e que atende plenamente aos requisitos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa

(cargo) (carimbo da empresa)



ANEXO IV
TERMO DE CREDENCIAMENTO

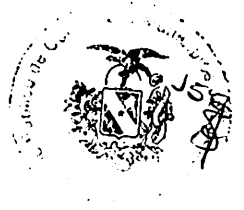
TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____ (razão social), devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal infra-assinado, para os fins de cumprimento do exigido pelo Edital do Pregão Presencial nº XX/2021, CREDENCIA o (a) Sr. (a) _____, portador(a) do RG nº. _____ e do CPF nº. _____ (cargo ou função), para REPRESENTÁ-LA perante a MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO PARÁ – MPCM/PA, na licitação realizada na modalidade Pregão Presencial supra-referido, do tipo Menor Preço Global, podendo formular lances verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive, interpor e desistir da interposição de recursos em todas as fases do referido certame. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa

(cargo) (carimbo da empresa)



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A INICIATIVA PRIVADA

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do órgão/empresa	CNPJ	Endereço	Nº contrato	Vigência	Valor total do contrato (R\$)
Valor total dos contratos (R\$):					

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa
 (cargo) (carimbo da empresa)



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

Declaro, para fins de habilitação no **Pregão Presencial Nº xx/2021**, que a empresa (Incluir), CNPJ Nº 00.000.000/0001-00, representada por seu Responsável, o Sr. (Incluir), instalará, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da vigência do contrato, escritório no Município de (Incluir), em cumprimento ao disposto no Item 11.19.3 do Edital.

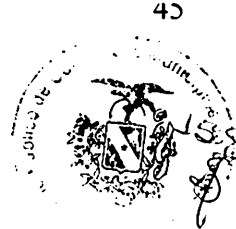
OU

Declaro, para fins de habilitação no **Pregão Presencial Nº XX/2021**, que a empresa (Incluir), CNPJ Nº 00.000.000/0001-00, representada por seu Responsável, o Sr.(Incluir), tem seu escritório instalado no endereço (Incluir), no Município de (Incluir), em cumprimento ao disposto no Item 11.19.3 do Edital.

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa

(cargo) (carimbo da empresa)



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGABILIDADE OU NÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DECLARAÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE DEFICIENTES

REF: PREGÃO ____/2021 – MPC/PA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. ____, portador da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência, de acordo com o artigo 28, §6º, da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008).

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa (cargo)

(carimbo da empresa)

OU

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE DE DEFICIENTES

REF: PREGÃO ____/2021 – MPC/PA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins que **não** emprega em seu quadro de pessoal o percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência, estabelecido pelo artigo 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008), em razão de empregar **menos de 20 (vinte) funcionários**.

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa (cargo)

(carimbo da empresa)



ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES QUANTO A
TRABALHO MENOR**

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ
sob nº _____, por intermédio de seu representante legal,
Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ Órgão expedidor _____ e do CPF nº
_____, **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do
Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(assinalar com "x" a ressalva acima, caso verdadeira)

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa (cargo)
(carimbo da empresa)



ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

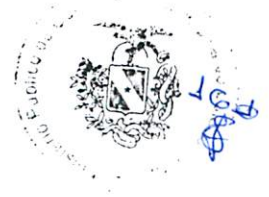
DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

_____(nome da empresa), inscrita no
 CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal,
 Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
 _____ Órgão expedidor _____ e do CPF nº
 _____, **DECLARO** que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos
 serviços, no Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará, nos termos do item
 11.19.4 do Edital do Pregão Presencial nº ____/2021, e tomei conhecimento das reais
 condições de execução dos serviços, objeto desta licitação, bem como coletei informações de
 todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

(Local e data)

Assinatura do representante da Empresa (cargo)

(carimbo da empresa)



MINUTA
ANEXO X
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxxx/2021/MPCM-PA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – MPCM/PA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Trav. Magno de Araújo, nº 424, Telégrafo, Belém/PA, CEP: 66113-055, inscrito no CNPJ sob o nº 05.018.916/0001-92, neste ato representado pela Procuradora Geral, a Sra. xxxxx, CPF/MF nº xxxxx, doravante designado como **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu Representante Legal, o Sr. ou a Sra. xxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxx, doravante denominada como **CONTRATADA**, firmam este Contrato nº xxxx/2021, decorrente do Pregão Presencial nº xxxxxxxx/2021, art. xxxxxxxx, Processo Administrativo nº xxxx/2021, mediante as seguintes condições e cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de INTERNET DEDICADA de 200 Mbps (/29), com fornecimento de serviços gerenciados para segurança de perímetro de rede *Firewall/UTM*, monitoramento e rádios *WiFi*, nas dependências e instalações do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará – MPCM/PA, conforme as especificações do Termo de Referência (anexo I do Edital do Pregão Presencial nº XX/2021) e a proposta apresentada e documentos, que integram o presente como se nele estivessem transcritas.

1.2 Todos os serviços devem englobar o *hardware*, o *software*, as subscrições, a instalação, a configuração, inclusive para garantir a segregação do tráfego via VLAN no *core* da rede do MPCM/PA, e serviços de suporte remoto, atendimento preventivo e corretivo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e nos anexos.

1.3 A execução do objeto deverá atender as exigências legais da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

1.4 – Integram este contrato, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos: (a) Edital Pregão Eletrônico nº XX/2021-MPC/PA e seus anexos; e (b) Proposta da **CONTRATADA**.

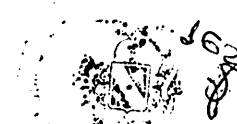
1.5 É vedado à **CONTRATADA** a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, deste Contrato para a execução dos serviços ou fornecimento ora avençados por terceiros, sendo igualmente defesa a associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sob pena de rescisão contratual, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

2.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste contrato e na legislação pertinente:

2.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2021-MPCM/PA, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço.

2.1.2 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas consignadas na proposta comercial e demais documentos integrantes deste:



2.1.3 A CONTRATADA será responsável por quaisquer prejuízos e/ou danos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo relativos à demora, ação ou sua omissão sobre a execução do objeto, e deverá proceder ao(s) respectivo(s) ressarcimento(s), no prazo máximo de 15 dias, contados da notificação administrativa do fato, sob pena de multa;

2.1.4 Responsabilizar-se por quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação;

2.1.5 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer alteração ocorrida nos dados cadastrais (CNPJ, razão social, atos constitutivos, endereço, conta bancária, etc.), necessários para recebimento de comunicações e pagamentos;

2.1.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até os limites legais, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93;

2.1.6.1 Os produtos a serem fornecidos devem estar em perfeitas condições de uso, sem avarias, com validade de pelo menos 12 meses da data de entrega, bem como estar de acordo com as descrições, especificações do Termo de Referência e da proposta comercial;

2.1.6.2 Prestar os serviços solicitados pela CONTRATANTE de forma adequada, conforme especificações apresentadas e informações constantes do Edital e seus anexos, inclusive do Termo de Referência, e da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, bem como atender as disposições legais e regulamentares, inclusive as orientações determinadas pela CONTRATANTE, pertinentes ao objeto a ser fornecido, objetivando o fiel cumprimento do contrato, responsabilizando-se pelos serviços contratados e por todos os danos e prejuízos decorrentes da execução ou infração do presente, nos termos da legislação vigente.

2.1.6.3 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, assim como o fornecimento de contatos, e-mails, sistemas de suporte e endereços para a resolução de questões contratuais e técnicos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

3.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais, o Termo de Referência e sua proposta.

3.1.3 Proporcionar as condições necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto contratado dentro das normas estabelecidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2021-MPCM/PA e seus anexos.

3.1.4 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA** para a fiel execução do contrato.

3.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como rejeitar os produtos ou serviços que não atendam às especificações da proposta;

3.1.6 Monitorar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

3.1.7 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma e prazo estabelecidos;

3.1.8 Glosar a(s) fatura(s) correspondente(s) ao objeto não entregue.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.9 – cumprir fielmente as cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento.

3.2 – O **MPCM/PA** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem



como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR GLOBAL:

4.1. O valor global deste contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxxxx (valor por extenso), de acordo com os valores especificados na Proposta de preços.

4.1.1 As Notas Fiscais para pagamento devem ser emitidas pela CONTRATADA no início de cada mês para posterior envio a CONTRATANTE;

4.1.2 As notas fiscais que forem entregues a CONTRATANTE pela CONTRATADA até o dia 05 do mês corrente serão pagas até o dia 15 do mês corrente; as notas fiscais que forem entregues a CONTRATANTE pela CONTRATADA após o dia 05 do mês corrente serão pagas no dia 30 do mês corrente.

4.1.3 A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais ou faturas as alíquotas dos tributos e das contribuições, bem como os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações.

4.2 O valor indicado nessa cláusula compreende todos os serviços necessários à plena fruição do objeto, conforme estabelecido na proposta, inclusive a realização de visitas técnicas ou reunião remotas sempre que for solicitado pela CONTRATANTE, abrangendo todas as despesas, diretas ou indiretas, materiais, mão-de-obra e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, impostos, taxas e licenças, custos diretos, indiretos e quaisquer outras, ainda que não citadas, sendo a única remuneração devida ao cumprimento das obrigações ora contraídas.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO:

5.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as disposições contidas no processo administrativo mencionado no preâmbulo, em conformidade com os art. 66 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.2 A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exime, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA no cumprimento dos seus encargos.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho: 01.032.1495.84.03.339040-97; Fonte de Recurso: 0101; Natureza da Despesa: 339040

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento se dará mediante Nota de Empenho e será efetuado conforme estabelecido na Cláusula Quarta, após atesto pela CONTRATANTE, por meio de crédito ou ordem bancária em conta corrente, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, de titularidade da CONTRATANTE.

7.2 Condiciona-se o pagamento a:

a) Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa do fornecimento contratado, nos termos estabelecidos na Cláusula Quarta e com os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I – O prazo de validade.

II – A data da emissão.

III – Os dados do contrato e do órgão contratante.

IV – O período de prestação dos serviços.

V – O valor a pagar.

VI – Destaque dos valores de retenções tributárias cabíveis.

b) Declaração da fiscalização do contrato de que o fornecimento foi executado na forma



avençada;

c) Comprovação da regularidade da licitante vencedora perante a Seguridade Social, Fazendas Públicas, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Justiça Trabalhista e cadastro de empresas inidôneas.

7.3 No caso da nota fiscal ou fatura não destacar as alíquotas dos tributos e das contribuições, bem como os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas.

7.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

7.5 Constatada situação de irregularidade fiscal ou trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação por escrito, para que, no prazo de cinco (05) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da contratante.

7.6 Persistindo a irregularidade fiscal ou trabalhista, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.7 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão contratante em favor da CONTRATADA e se a mesma for superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.8 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA – DO CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR:

8.1 Quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos ou infrações às disposições deste contrato pela CONTRATADA, somente serão considerados como excludentes de responsabilidade e correspondentes multas contratuais, se resultarem comprovadamente de caso fortuito ou de força maior, desde que atinjam, direta e comprovadamente, o objeto do presente contrato;

8.1.1 A CONTRATADA deverá comunicar por escrito ou por e-mail a CONTRATANTE e comprovar qualquer evento de caso fortuito ou de força maior, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados de sua ocorrência, sob pena de decair do direito de invocar o disposto no item 8.1;

8.1.2 Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, como tal reconhecido pela CONTRATADA, será concedida prorrogação nos prazos contratuais, a ser acordada entre as partes, para o restabelecimento das condições normais de fornecimento, desde que cumprida a formalidade do subitem anterior.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

9.1 A CONTRATANTE exercerá fiscalização sobre a execução do contrato, através do servidor designado para tanto, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.1.2 Para a fiscalização e acompanhamento da execução do presente a CONTRATANTE indica o servidor xxxxxx como fiscal titular e o servidor xxxx como fiscal substituto.

9.2 Os serviços prestados ou os bens fornecidos, bem como o material utilizado na sua execução, estarão sujeitos à aceitação pela FISCALIZAÇÃO, a quem caberá direito de recusa caso os mesmos não sejam executados de acordo com as especificações constantes do Contrato ou da solicitação da CONTRATANTE, ou caso se constate, nos mesmos, existências

de vícios ou defeitos.

9.3 A CONTRATADA se obriga, às suas expensas, a substituir o material que não atenda às especificações da proposta, de modo a adequá-lo às exigências de qualidade impostas pelas relações de consumo, em geral, na parte que vier a ser recusada, sendo que o ato de recebimento do mesmo não importa em sua aceitação, que conforme a sua natureza, somente se consumará com o Aceite ou Atesto na Nota Fiscal.

9.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, por danos causados diretamente ao MPCM/PA ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste objeto, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES:

10.1 As partes serão submetidas às seguintes sanções, nas respectivas hipóteses de cabimento.

10.1.1 No caso de infrações administrativas, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração e ainda garantidos o contraditório e a ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas neste instrumento, sem prejuízo da apuração das perdas e danos:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de participar em Licitação ou contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme art. 87, III, da Lei nº 8.666/93 e/ou por prazo não superior a 05 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos normativos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

10.1.2 A sanção de advertência poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento à Contratante e a seu critério, desde que não caiba aplicação de sanção mais grave.

10.1.3 Poderão ser aplicadas multas:

a) de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor do serviço em atraso, e até o 9º (nono) dia corrido, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

b) de 0,06% (seis centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor do serviço entregue com atraso, a partir do 10º (décimo) dia corrido de atraso, e até o 30º (trigésimo) dia corrido, momento em que o MPCM/PA poderá decidir pela continuidade da multa, pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente, ou pela aplicação de multa prevista na alínea "c", a seguir;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do fornecimento do serviço, na hipótese de inexecução total.

d) quando houver descumprimento na execução do objeto, conforme estabelecidas no Termo de Referência, a seguir discriminado:

Item	SLA	Multa
Disponibilidade do <i>link</i> de dados para a Internet	99% (Mensal)	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura por cada 0,5% (meio por cento) de disponibilidade abaixo do limite de 99%.



		Ex: disponibilidade mensal de 98%, desconto de 6% do valor mensal da fatura.
Perda de Pacotes	< 0,5% (Mensal)	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura pela perda de pacotes igual ao limite de 0,5% (meio por cento) com acréscimo de mais 3% por cada 0,5% adicional de perda de pacotes. Ex: média de perda de pacote mensal de 2%, desconto de 12% do valor mensal da fatura.
Tempo para Atendimento de Chamado / Sinistro	5 horas a partir da formalização do problema pelo MPCM/PA ou da identificação pela operadora	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura por cada hora de atraso no prazo para atendimento, até a quinta hora de atraso. 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal da fatura por cada hora de atraso subsequente à quinta hora.
Tempo para Resolução de Chamado/Sinistro	24 horas a partir da formalização do problema pelo MPCM ou da identificação pela operadora	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura por cada hora de atraso no prazo para resolução do chamado / problema / sinistro.

e) Por descumprimento dos prazos para resolução do problema (SLA), nas condições estabelecidas no Termo de Referência (anexo I deste Edital), poderá ser aplicada multa, conforme cálculo apresentado na Tabela abaixo:

Tabela de aplicação de Multa		
Fórmula de cálculo		Limite da Multa
Urgente	$HS * \times 0,5\% \text{ VFM}$	10% da VFM **
Alta	$HS \times 0,4\% \text{ VFM}$	10% da VFM
Média	$HS \times 0,3\% \text{ VFM}$	10% da VFM
Baixa	$HS \times 0,2\% \text{ VFM}$	10% da VFM
Informações	$HS \times 0,1\% \text{ VFM}$	10% da VFM

*HS = Horas totais que extrapolaram o limite de resolução dos chamados

**VFM = Valor da Fatura Mensal para pagamento dos serviços contratados

10.1.4 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, bem como sua aplicação não obsta que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o instrumento contratual e aplique as demais sanções.

10.1.5 O valor da multa, a critério da CONTRATANTE, poderá ser descontado do(s) pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) à CONTRATADA, independentemente de comunicação ou interpelação judicial, observando-se:

a) Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

b) Em não sendo realizado o pagamento, a diferença devida poderá ser descontada da garantia



contratual, e, na insuficiência desta, será objeto de cobrança judicial.

c) Ao valor da multa não adimplida e objeto de cobrança judicial serão acrescidos honorários advocatícios, estes no percentual de 20%, custas judiciais, correção monetária (INPC) e juros na forma do art. 405 do Código Civil, facultando-se, ainda à CONTRATANTE a inscrição do inadimplente nos órgãos de cadastro restritivo (SERASA/SPC).

10.1.6 A declaração de inidoneidade poderá ser cominada quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da CONTRATANTE, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo à CONTRATANTE ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

10.2 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas será precedida de regular processo administrativo, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Caberá recurso das penalidades aplicadas à CONTRATADA, observado o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da intimação do ato, a ser dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou fazê-lo subir devidamente informado;

10.4 A autoridade competente para apreciar o recurso poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, dar eficácia suspensiva ao recurso interposto pela CONTRATADA.

10.5 A aplicação de multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

11.1 Constituem motivos para a rescisão à inexecução total ou parcial do Contrato, além das hipóteses previstas nos arts. 78 e seguintes, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis:

11.2 O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela CONTRATADA assegurará a CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial, em consonância com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

11.3 A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste Instrumento.

11.4 A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato, sem quaisquer ônus, mediante Notificação Prévia e por escrito à CONTRATADA, nos casos previstos no artigo 78, XII e XVII, da Lei nº 8.666/93;

11.5 A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral da CONTRATANTE ou ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo em processo, desde que haja conveniência para a administração, precedida de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE;

11.4 A rescisão do contrato também poderá ser judicial, nos termos da legislação;

11.5 Ocorrendo à rescisão contratual, a CONTRATADA receberá somente os pagamentos devidos em caráter proporcional à execução do objeto, descontadas as multas eventualmente aplicadas;

11.6 Em qualquer das hipóteses suscitadas, a CONTRATANTE não reembolsará ou pagará à empresa CONTRATADA qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

11.7 A solicitação da CONTRATADA para rescisão, desde que não motivada pelas hipóteses legalmente previstas poderá não ser aceita pela CONTRATANTE;

11.8 A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Assegura-se à CONTRATANTE, no caso de rescisão culposa, sem prejuízo das sanções cabíveis, os direitos estabelecidos no art. 80, da Lei nº 8.666/93;



11.9 O presente contrato poderá ainda ser rescindido caso ocorra qualquer das hipóteses previstas nos arts. 78 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, às quais as partes expressamente se submetem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

12.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

12.1.1 Na hipótese de prorrogação do prazo contratual, o reajuste de preços que se fizerem necessários, será realizado em conformidade com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ocorrida no período ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

13.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado, nos prazos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ASSINATURA DIGITAL

As partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento e suas cláusulas e condições, nos termos do art. 219 do Código Civil e assinado pelas partes por meio de certificados digitais emitidos por certificadoras autorizadas pelo ICP-Brasil, através dos endereços eletrônicos das partes, ficando certo que a assinatura neste formato é suficiente para a vinculação das partes e assunção de obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1 O CONTRATANTE poderá revogar este Contrato por razões de interesse público, respeitando o contraditório e a ampla defesa, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou após provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.2 A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

14.3 À CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar a execução do presente contrato quando lhe convier.

14.4 Todas as comunicações ou notificações relativas a este contrato serão enviadas para os endereços das partes constantes abaixo:

CONTRATANTE: Trav. Magno de Araújo, 424 – Telegrafo – Belém – PA – CEP: 66113-055 – E-mail: mp@mpcm.pa.gov.br

CONTRATADA: xxxxxxxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS

15.1 Em cumprimento aos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA autoriza a coleta e utilização dos dados contidos, nos termos da Lei nº 13.709/2018, para os fins de direito a que se destina o Contrato.

15.2 No manuseio de dados a CONTRATADA deverá manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos



eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

15.3 Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

15.4 Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO:

16.1 As partes elegem o foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Belém, de de 2021

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
Contratante

CONTRATADA
CNPJ Nº

TESTEMUNHAS:

1.
RG
CPF

2.
RG
CPF